



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 351, DE 2009

Altera os §§ 2º e 8º do art. 57 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para corrigir a redação, as remissões e a designação das pessoas que podem requerer a averbação do patronímico do companheiro ou do padrasto.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 57 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), passa a ter a seguinte redação:

“Art. 57.

§ 2º O homem ou a mulher que vivam em união estável poderão requerer ao juiz que, no seu registro de nascimento, seja averbado o patronímico de seu companheiro, ainda que haja impedimento legal para o casamento decorrente do estado civil de qualquer deles.

.....

§ 8º O enteado ou a enteada, havendo motivo ponderável, poderá requerer ao juiz competente que, no registro de nascimento, seja averbado, em aditamento aos de sua família, o patronímico de seu padrasto ou de sua madrasta, desde que haja expressa concordância destes.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei de Registros Públicos, no § 2º do art. 57, permite à mulher *solteira*, *desquitada* ou *viúva*, a averbação do sobrenome do homem com quem viva maritalmente, em adição aos dela, desde que ele também seja solteiro, desquitado ou viúvo. Ou seja, o dispositivo permite que pessoas não casadas, que vivem em união marital, adotem o nome do companheiro.

O dispositivo visa a permitir a um companheiro a adição do sobrenome do outro, mas a redação do § 2º inclui os *solteiros* e os *viúvos* no rol dos impedidos, o que constitui impropriedade lógica, pois estes não são legalmente impedidos. A desnecessidade da autorização legal é palmar, pois se ambos forem *solteiros* ou *viúvos*, seu estado civil não constitui óbice à realização do casamento.

A possibilidade dada pelo § 1º do art. 1.565 do Código Civil de, no casamento civil, os cônjuges acrescentarem ao seu o sobrenome do outro deve ser estendida aos companheiros, no texto do § 2º do art. 57 da Lei de Registros Públicos, tendo em vista o paralelismo entre uniões estáveis e casamento determinado pela Constituição Federal.

Preconiza-se, também, a alteração do § 8º do art. 57, que autoriza o enteado ou a enteada, havendo motivo ponderável e *na forma dos §§ 2º e 7º* desse artigo, requerer ao juiz competente que, no registro de nascimento, conste o nome do padrasto ou da madrasta.

De fato, a expressão “na forma dos §§ 2º e 7º deste artigo” é imprópria, porque o § 2º autoriza a mulher a aditar o sobrenome do companheiro, e o § 7º permite a alteração de nome às vítimas ou testemunhas de crime, temas sem conexão com a adição do sobrenome do padrasto ou da madrasta pelo enteado.

A oportunidade serve ainda para que se corrija a multiplicidade de expressões diferentes para significados iguais, no § 8º do art. 57 da Lei de Registros Públicos: *nome de família, patronímico, apelidos de família*.

Fortalecidos nessas considerações, contamos com o apoio dos nobres pares para a rápida aprovação desta proposição.

Sala das Sessões,

Senador **EXPEDITO JÚNIOR**

*LEGISLAÇÃO CITADA***LEI Nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.**
.....

Art. 57 - Qualquer alteração posterior de nome, somente por exceção e motivadamente, após audiência do Ministério Público, será permitida por sentença do juiz a que estiver sujeito o registro, arquivando-se o mandato e publicando-se a alteração pela imprensa.

§1º Poderá, também, ser averbado, nos mesmos termos, o nome abreviado, usado como firma comercial registrada ou em qualquer atividade profissional.

§2º A mulher solteira, desquitada ou viúva, que viva com homem solteiro, desquitado ou viúvo, excepcionalmente e havendo motivo ponderável, poderá requerer ao juiz competente que, no registro de nascimento, seja averbado o patronímico de seu companheiro, sem prejuízo dos apelidos próprios, de família, desde que haja impedimento legal para o casamento, decorrente do estado civil de qualquer das partes ou de ambas.

§3º O juiz competente somente processará o pedido, se tiver expressa concordância do companheiro, e se da vida em comum houverem decorrido, no mínimo, 5 (cinco) anos ou existirem filhos da união.

§4º O pedido de averbação só terá curso, quando desquitado o companheiro, se a ex-esposa houver sido condenada ou tiver renunciado ao uso dos apelidos do marido, ainda que dele receba pensão alimentícia.

§5º O aditamento regulado nesta Lei será cancelado a requerimento de uma das partes, ouvida a outra.

§6º Tanto o aditamento quanto o cancelamento da averbação previstos neste artigo serão processados em segredo de justiça.

§7º Quando a alteração de nome for concedida em razão de fundada coação ou ameaça decorrente de colaboração com a apuração de crime, o juiz competente determinará que haja a averbação no registro de origem de menção da existência de sentença concessiva da alteração, sem a averbação do nome alterado, que somente poderá ser procedida mediante determinação posterior, que levará em consideração a cessação da coação ou ameaça que deu causa à alteração.

§8º O enteado ou a enteada, havendo motivo ponderável e na forma dos §§ 2º e 7º deste artigo, poderá requerer ao juiz competente que, no registro de nascimento, seja averbado o nome de família de seu padrasto ou de sua madrasta, desde que haja expressa concordância destes, sem prejuízo de seus apelidos de família.

.....

LEI Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

.....

Art. 1.565. Pelo casamento, homem e mulher assumem mutuamente a condição de consortes, companheiros e responsáveis pelos encargos da família.

§ 1º Qualquer dos nubentes, querendo, poderá acrescentar ao seu o sobrenome do outro.

§ 2º O planejamento familiar é de livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e financeiros para o exercício desse direito, vedado qualquer tipo de coerção por parte de instituições privadas ou públicas.

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

Publicado no **DSF**, em 19/08/2009.